

CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

2. BARRAGENS EM PORTUGAL

Em Portugal a presença de recursos hídricos é relativamente abundante. Todavia, a presença de um clima mediterrâneo leva a uma grande irregularidade na distribuição deste recurso no espaço e no tempo.

Mais de metade dos recursos hídricos de Portugal têm a sua origem em Espanha. O facto de a água fluir até ao território português através de sítios bem definidos ao longo da fronteira, reforça o seu valor económico em relação aos recursos gerados dispersamente. De facto, a rede hidrográfica está profundamente ligada à Espanhola e a manutenção cuidada desta tem sido fundamental para uma gestão correcta dos recursos hídricos, manutenção dos ecossistemas aquáticos e estudos de situações de seca e cheias.

Deste modo, a energia hídrica tem evoluído de forma crescente até aos dias de hoje. As recentes preocupações ambientais traçam políticas internacionais e nacionais nas quais se destaca a importância das fontes de energias e as necessidades de consumo previstas. Assim, Portugal tem em construção e desenvolvimento aproveitamentos hidroeléctricos que pretendem aproveitar o substancial potencial hídrico que lhe é conferido.

2.1 Evolução histórica

Em finais do século XIX iniciou-se em Portugal a utilização das águas fluviais como força motriz para a produção de energia hidroeléctrica. Inicialmente os primeiros aproveitamentos eram de dimensões reduzidas e encontravam-se instalados perto dos rios, com a finalidade de satisfazer os consumos locais, nomeadamente habitações, oficinas, fábricas de têxteis e de lacticínios, iluminação pública, entre outras... (anexo 1. Cronologia barragens em Portugal)

A primeira realização deste tipo terá sido desenvolvida pela Companhia Eléctrica e Industrial de Vila Real. Esta data de 1894 e foi instalada num dos afluentes do rio Douro, no rio Corgo.

Mais tarde, devido à urgência de electrificação do país, tendo em vista o desenvolvimento industrial e a necessidade do Estado fomentar e apoiar financeiramente a realização destas estruturas, surgiu em 1926 a Lei de Aproveitamento Hidráulico. Esta tinha como objectivos regular a produção, o transporte e a distribuição da energia eléctrica.

Em 1930, o Governo começou a encarar a realização destes empreendimentos como uma possibilidade de aumentar a produção industrial e agrícola. No entanto, para tal, foram necessários a realização de estudos da viabilidade do aproveitamento das barragens para produção de electricidade e abastecimento de água para rega. Estes foram realizados pelos Serviços Hidráulicos e pela Junta Autónoma da Obras de

Hidráulica Agrícola, tendo surgido assim o primeiro inventário dos recursos hidráulicos nacionais.

No entanto, a crise económica verificada nesta época simultaneamente com a II Guerra Mundial, atrasaram o planeado aumento da capacidade hídrica de Portugal, sendo apenas na década de 40 que se começa a concretizar por escrito, e na década de 50, com efeitos práticos.

Deste modo, em 1945, nasceram as empresas hidroeléctricas do Zêzere e do Cávado, com vista a explorar novos aproveitamentos hidroeléctricos em ambas as bacias, tendo surgido em 1951 a barragem de Castelo do Bode e a barragem de Venda Nova. Posteriormente surgiram em 1958 e 1960 as primeiras barragens nas águas do rio Douro (Picote e Miranda, respectivamente).

Na década de 60, 95% da energia eléctrica produzida tinha origem hidroeléctrica e o aumento dos consumos justifica-se, pela satisfação dos consumidores a nível global, levando à introdução de grupos térmicos de grande dimensão, surgindo 3 novos projectos: barragem de Bemposta, Alto-Rabagão e Vilar-Tabuaço.

Na década de 70, a produção de energia quase duplicou em relação à anterior, essencialmente devido ao crescimento económico do país e para assegurar esta necessidade de energia, tendo sido introduzidos novos empreendimentos hidroeléctricos, nos quais se destacam no rio Douro a barragem da Valeira e do Pocinho, e no rio Mondego a barragem da Aguieira.

Em Maio de 1972 foi inaugurada também a barragem Vilarinho das Furnas no rio Homem, tendo sido um projecto que provocou algumas controvérsias, pois implicou a submersão da Aldeia com o mesmo nome. Esta situava-se na freguesia de S. João do Campo, no extremo nordeste do concelho de Terras do Bouro, distrito de Braga.

Segundo Manuel Antunes, entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970, foram pagas indemnizações aos proprietários para procurarem novas terras e procederem à transferência dos seus móveis. Deste modo, as 57 famílias que habitavam esta população procuraram fixar-se noutras áreas envolventes.

Vilarinho das Furnas desapareceu assim, com a construção da Barragem, sendo possível observar os seus muros e paredes ainda existentes, quando o plano de água se encontra a uma cota inferior.

Em 1976 é criada a Electricidade de Portugal (EDP), actualmente denominada por Energias de Portugal e tinha como o objectivo principal "o abastecimento e a exploração do serviço público de produção, transporte⁵ e distribuição de energia eléctrica no território do continente, para promover e satisfazer as exigências de desenvolvimento social e económico de toda a população"¹³.

Até 1990, a potência total instalada era de 3 000 MW, mas a necessidade crescente de energia foi também assegurada pela aplicação de grupos térmicos de maiores



Fig. 19 e 20 Barragem Castelo do Bode (1951) e Barragem de Odivelas (1972), respectivamente



Fig. 21 e 22 Barragem da Aguieira (1981) e Barragem Odelouca (2010), respectivamente

¹³ VASCONCELOS, Tiago Miguel Xavier - Análise técnico-económica de um aproveitamento hidroeléctrico. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico. Dissertação de Mestrado em Engenharia Electrónica e de Computadores. Maio de 2012. Pág. 6